

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	8
1 INTRODUÇÃO	10
2 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE MEIO AMBIENTE	14
2.1 O Turismo Sustentável Como Instrumento de Preservação e Conservação Ambiental	19
2.2 Considerações Sobre o Ecoturismo	31
3 O TURISMO EM SÃO LUÍS	36
4. CONHECENDO O SÍTIO PIRANHENGA.....	43
4.1 Histórico do Sítio.....	43
4.2 Aspectos Sócio-Econômicos	44
4.3 O Cepromar	45
5 CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO E SEU POTENCIAL TURÍSTICO.....	46
5.1 Infra-Estrutura de Acesso	47
5.2 Atrativos Culturais, Históricos e Naturais	48
5.3 Infra-Estrutura Básica e Turística	50
6. UMA NOVA PROPOSTA TURÍSTICA PARA O SÍTIO PIRANHENGA	53
7. CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS.....	63

1 INTRODUÇÃO

As questões acerca do meio ambiente (na sua forma natural e cultural) vêm ganhando cada vez mais espaço atualmente. São discutidas novas formas de preservação e conservação e novas metodologias de progresso são propostas visando uma utilização mais racional dos recursos naturais: o desenvolvimento sustentável. Aparentemente o ser humano sempre se sentiu bem em estar rodeado pela natureza, visto que ela parecia infinita e por isso os homens não se preocupavam muito em preservá-la. Porém, a partir da década de 70, começou-se a perceber que os recursos naturais estavam sendo degradados e poderiam findar.

Assim, a relação entre homem e meio ambiente foi repensada de forma que se tornasse imprescindível preservação e conservação das áreas que ainda não tinham sido devastadas, o que é de importância fundamental para a continuidade da vida de todas as espécies. Atualmente a procura por áreas naturais conservadas é bem ampla, deixando um pouco de lado a combinação “sol e mar”. Surge também a necessidade de fugir do estresse das grandes cidades, em busca de ambientes que proporcionem contato com a natureza, descanso, tranquilidade e até mesmo aventura.

Diante deste contexto, a atividade turística demonstra altos índices de crescimento, gerando benefícios e prejuízos, tanto para os bens naturais quanto para os culturais. É esse o retrato da atual polêmica que envolve o turismo como catalisador econômico e como ator principal (vilão) das áreas naturais. O Ecoturismo é uma modalidade que tem como objetivo, além da satisfação dos turistas, o zelo e a proteção dos ambientes naturais que estão sendo utilizados como atrativos. Isso nos remete à importância relevante que a prática de atividades turísticas nas áreas naturais têm, ou seja, elas também são

utilizadas como estratégias de planejamento do turismo sustentável, buscando um comprometimento com a prosperidade dos atrativos que oferecem hoje.

Na verdade, tudo depende de uma boa estratégia de planejamento, que não precise estagnar o progresso em prol de um meio ambiente saudável e nem findar os atrativos naturais por causa do desenvolvimento tecnológico, afinal, o meio ambiente necessita de ações que visem a minimização dos impactos sobre si mesmo.

Alguns estudiosos afirmam que a prática do turismo em áreas protegidas é uma das formas mais adequadas de se preservar a natureza do local e ainda de gerar receita para a área referida.

O turismo em São Luís vem crescendo de forma ainda tímida, pois estão sendo consumidas como atrativos apenas as áreas do centro da cidade, formadas pelo Centro Histórico, a cidade nova (área nobre) e as praias. O entorno da cidade é esquecido e geralmente não entra nos roteiros turísticos das agências e nem das pessoas que chegam por conta própria e fazem seus passeios sem a companhia de guias de turismo. O *marketing* feito para esses locais é praticamente inexistente, quando não, é mal elaborado. Geralmente a própria população local ou desconhece ou não divulga, e quando conhece, não se interessa e acaba fazendo um *marketing* negativo dessas áreas do entorno, pois a maioria deles não possui infra-estrutura adequada para receber visitantes.

O Sítio Piranhenga, abordado no presente trabalho, está localizado no entorno da cidade e por isso também sofre as consequências desse tipo de localidade, porém, ele é conhecido por visitantes, que não fazem intermediação com agências para conhecê-lo. A demanda atual está moldada também na preocupação de algumas escolas e faculdades que ministram aulas para os seus alunos no local. Devido ao seu caráter histórico e ecológico, tem

muito a oferecer no tocante à geografia, à história, à cultura e biologia, servindo muitas vezes como um laboratório para estudos e pesquisas.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro tem-se uma abordagem conceitual e fundamentada a respeito do meio ambiente natural e cultural e da atividade turística, bem como das suas necessidades de preservação diante do intenso crescimento da indústria turística, que busca de imediato os lucros e não se preocupa tanto com as questões referentes à conservação das áreas de natureza frágil. Ainda nesse capítulo são expostas considerações acerca do turismo sustentável e do ecoturismo. Em seguida, é apresentado um capítulo sobre o Sítio Piranhenga, suas características históricas e atuais, bem como os seus atrativos naturais e culturais, infra-estrutura básica e turística, englobando todo o seu potencial turístico. Mais adiante, sugere-se uma nova proposta de utilização do local, para que hajam formas adequadas de usufruto do sítio, baseadas na sustentabilidade ambiental das suas áreas naturais. E, finalmente a conclusão, que remete de volta todo o contexto do trabalho, retratando a importância do sítio como atrativo turístico da cidade de São Luís.

A metodologia utilizada para a construção de tal trabalho foi moldada em intensas pesquisas bibliográficas de fontes primárias e secundárias, que fundamentassem as bases da proposta sugerida ao longo do trabalho; pesquisa *in loco*, mais especificamente três visitas ao sítio, além de inúmeros telefonemas; entrevistas com a Sr.^a Fátima, que foi de fundamental importância para a elaboração do capítulo a respeito do histórico do sítio, e também com o Pe. João de Fátima; além de pesquisas em fontes que tratassem diretamente do sítio.

Durante a elaboração do trabalho foi possível perceber a necessidade e o interesse que o sítio tem em receber ajuda do governo para pôr em prática os projetos que estão em vista e ainda não saíram do papel por falta de recursos e apoio, bem como o cuidado e zelo

que o CEPROMAR tem ao lidar com as questões relativas à preservação e conservação do sítio.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE MEIO AMBIENTE

Apesar do Meio Ambiente ser entendido como o conjunto dos recursos naturais e suas inter-relações com os seres vivos, é comum este conceito ser associado apenas ao “verde”, à paisagem, à natureza ou à vida selvagem. Dessa forma, são esquecidos os recursos hídricos, das questões relativas à poluição do ar, dos cuidados com o solo e acabamos até relegando a um segundo plano o meio ambiente urbano, que nada mais é do que a natureza modificada pelo Homem. Chegando até a ignorar que o ser humano é parte ativa do meio ambiente em que vive, pois está inserido no ecossistema também. Vale ressaltar que apenas recentemente, na Constituição de 1988, foram incluídos os princípios ambientais, considerando o Direito Ambiental como sendo um bem coletivo.

Existe atualmente uma atenção redobrada voltada para o Meio Ambiente (natural e cultural), principalmente por parte dos especialistas da área. É certo que todos os setores da economia precisam da natureza na composição dos sistemas em que trabalham. O Turismo é um desses setores que depende, e muito, do meio ambiente para seu desenvolvimento, afinal, este é matéria-prima daquele.

O meio ambiente tem grande importância na vida dos seres animais e vegetais, daí a necessidade de preservação para que a vida na Terra se prolongue. A declaração da pioneira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo, em 1972, define meio ambiente como:

“Sistema físico e biológico global em que vivem o homem e outros organismos - um todo complexo com muitos componentes interagindo em seu interior.” (1972, p.32)

O conceito de meio ambiente acima citado pretende dar uma idéia bem ampla para a compreensão do mesmo, englobando a totalidade dos seres. Mas vale ressaltar que o tipo de meio ambiente ao qual se refere tende mais para o lado biológico do que humano, pois ele demonstra que, apesar de ser o animal racional, o homem não tem mais direito do que os outros seres que compõem seu ecossistema, ou seja, deve haver respeito entre as diferentes espécies.

O meio ambiente humano pode ser urbano (incluindo pessoas e coisas presentes em sua vida diária) ou rural (a terra e todos os elementos da vida no campo), enfim, inclui todos os recursos naturais (sistema ecológico) necessários à sobrevivência humana. Isso leva a relacionar ecologia e meio ambiente a partir da afirmação que ecologia é um ramo das ciências humanas quando trata do homem, seu meio ambiente e sua adaptação a esse meio e que, meio ambiente, também pode ser conceituado apenas como *habitat* total do homem, que engloba três subconjuntos: o ambiente natural, o transformado e o sócio-cultural.

Foi apenas na década de 1960 que o termo “meio ambiente” foi utilizado pela primeira vez num evento internacional. Numa reunião do Clube de Roma, cujo objetivo era a reconstrução dos países no pós-Guerra. A discussão sobre os negócios internacionais foram muito discutidos, a poluição dos rios europeus e os problemas de fronteira também, já que vários rios que nascem em alguns países, percorrem vários outros. Parece ser uma forte característica da índole humana que os problemas ambientais, como quaisquer outros, só apareçam quando são de responsabilidade alheia, como ocorreu na referida reunião. De qualquer forma, o mais importante foi que, pela primeira vez, se estabeleceu a polêmica sobre os problemas ambientais. Daquela época até os dias de hoje houve um grande avanço nas

discussões acerca das questões ambientais, alimentado pelas informações globalizadas, com a conseqüente conscientização e aprimoramento da legalização ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente também se faz importante, pois leva a observar esta evolução. O art.3º, I, da referida Lei 6.938/81, definiu meio ambiente como:

“O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Pela primeira vez uma lei considerava o imperativo de se conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e qualidade de vida das pessoas, porque proteger o meio ambiente não significa impedir o desenvolvimento, nem se defende um desenvolvimento predatório. O que se faz necessário é promover o desenvolvimento em harmonia com o meio ambiente, que é o que muitos tentam fazer. A partir daí vai surgir o conceito de desenvolvimento sustentável, que será tratado mais adiante.

Esta mesma lei criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente, integrado por um órgão colegiado: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que representa um marco da política ambiental brasileira, demonstrando um grande avanço, porque reúne segmentos representativos dos poderes públicos em seus diferentes níveis, associados a delegados de instituições de sociedade civil, para a prática de funções deliberativas e consultivas sobre política ambiental. Este colegiado é composto por representantes de ministérios e entidades setoriais da Administração Federal, diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de organizações não governamentais (ONGs).

Posteriormente, com base na Constituição Federal de 1988, passou-se a entender também que o meio ambiente divide-se em físico ou natural, cultural, artificial e do trabalho.

Meio ambiente físico ou natural é constituído pela flora, fauna, solo, água, atmosfera etc., incluindo os ecossistemas (art. 225, §1º, I, VII). Meio ambiente cultural constitui-se pelo patrimônio cultural, artístico, arqueológico, paisagístico, manifestações culturais, populares etc. (art.215, §1º e §2º). Meio ambiente artificial é o conjunto de edificações particulares ou públicas, principalmente urbanas (art.182, art.21,XX e art.5º, XXIII) e meio ambiente do trabalho é o conjunto de condições existentes no local de trabalho relativos à qualidade de vida do trabalhador (art.7, XXXIII e art.200).

Devido ao surgimento, nas últimas décadas, dos estudos ambientais, tornou-se imprescindível elaborar novos conceitos sobre meio ambiente (visto como um novo objeto de estudo), uma vez que os existentes se limitavam a relacionar apenas às condições naturais, mas após a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, o fator humano passou a integrá-lo, incluindo também os problemas do homem relacionados à problemática ambiental, à pobreza, ao urbanismo, à justiça social etc. Assim, o conceito apenas clássico perdeu sentido diante das novas proposições da referida conferência.

No documento emanado da Conferência supracitada, a Agenda 21, são apontadas as diretrizes ao desenvolvimento da sociedade para o século 21. Constatam abordagens onde fica claro que o conceito de meio ambiente ganhou um universo muito maior.

Entretanto, para efeito deste trabalho, tratar-se-á apenas do meio ambiente natural e cultural, pois um complementa o outro, ou seja, à medida que o homem forma o seu ambiente cultural, ele vai interagindo paralelamente com o natural em que ele já está inserido.

Como pode-se observar, há inúmeros conceitos e vertentes acerca do meio ambiente, porém, a maioria deles pouco enfoca somente as suas características e particularidades, abordando principalmente sobre as problemáticas e o mal uso do meio

ambiente e, muito pouco se dedica às questões ligadas à sua preservação. E é isso que também será abordar mais adiante, envolvendo o turismo nesse contexto, afinal, o meio ambiente na sua forma natural, transformada ou cultural necessita de políticas públicas, ações comunitárias e tecnologias avançadas que busquem uma solução para os problemas de degradação ambiental, que desafiam a nossa humanidade.

Em relação à qualidade de vida e ao melhor tratamento das questões que envolvem o meio ambiente, o surgimento, em vários países, de um público consumidor um pouco mais consciente do ponto de vista ecológico, juntamente com um maior interesse por parte de algumas indústrias em fornecer bens de consumo e serviços mais saudáveis, de forma ambiental, levaram ao incremento das ações voltadas à adoção da Série ISO-14000, que abordou este assunto com bons retornos para todas as partes envolvidas no processo.

O meio ambiente merece muita atenção na questão dos impactos que as atividades econômicas lhe causam, tanto os positivos quanto os negativos. A economia dos países têm de seguir em linhas paralelas com a preservação ambiental, visto que o meio ambiente é e sempre será necessário na construção de todas elas, servindo de matéria-prima em vários aspectos. Isso compromete também as formas de vida no amanhã, que serão prejudicadas por questões relativas ao mal uso dos recursos indispensáveis à vida: os naturais.

A atividade turística causa, também, vários impactos ao meio ambiente natural e cultural, que podem ser percebidos em vários aspectos, como por exemplo, no volume de visitantes que chega a uma destinação de ecossistema frágil, na "poluição visual" causada pelo crescimento da infra-estrutura turística numa determinada área natural, no incorreto manejo dos resíduos provenientes da atividade turística num local etc.

Segundo Dias,

e“ (...) o turismo apresenta-se como uma atividade de crescimento muito rápido, e de modo geral as prefeituras não conseguem em tempo suficiente dimensionar seus impactos. E não há dúvida de que a atividade turística apresenta importante capacidade de alterar o meio ambiente em tempo bastante curto. Ocorre que os agentes econômicos concebem o turismo como atividade cuja rentabilidade tem retorno a curto prazo, o que implica maior preocupação com a rápida obtenção de recursos, para um posterior investimento. Ocorre que as paisagens naturais que serviram para a obtenção dos recursos originais irão degradar-se num prazo curto, impedindo sua recuperação com o retorno do investimento.” (2003, p.79)

Dessa forma, os recursos destinados à conservação do principal atrativo, que é a natureza, ficam para depois, enquanto os que serão investidos na infra-estrutura (aqueles que promovem um rápido retorno) crescem exorbitantemente.

Nesse contexto cabe ressaltar a forma adequada de usufruto do meio ambiente, sem comprometer o desenvolvimento e a economia. Tal fórmula deve ser aplicada a todas as vertentes econômicas, inclusive o turismo. Para isso, pode-se fazer um plano de ação a favor das tecnologias ambientais, ou seja, as tecnologias destinadas a controlar a poluição, com a produção de produtos e serviços menos poluentes ou que necessitem de menos recursos, bem como a utilização de meios eficazes de gerir os recursos. As tecnologias que respeitam o ambiente são aplicáveis em todos os setores de atividade econômica, além de reduzirem os custos através de um menor consumo de recursos e de energia, favorecendo um aumento da competitividade e uma redução das emissões e dos resíduos.

2.1 O Turismo Sustentável Como Instrumento de Preservação e Conservação Ambiental

O preço que os seres humanos pagam pelo progresso é tão alto quanto os indicadores da melhoria da qualidade de vida que ele proporciona. Se por um lado as pessoas ganham em conforto, tecnologias de ponta no tocante à comunicação, indústria e comércio,

por outro vão perdendo, aos poucos, os recursos essenciais à vida, que sempre estiveram presentes, independente da existência do progresso.

Segundo estudiosos do assunto, o modelo atual de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. Então, analisando-se por um ângulo, pode-se constatar que nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, entretanto, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam a cada dia. Diante desse fato, surge a necessidade de um modelo que se proponha a melhor utilizar os recursos disponíveis, a exemplo do Desenvolvimento Sustentável (DS), que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação e a conservação ambiental.

O Desenvolvimento sustentável pressupõe o equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social para todos, pois acredita-se que é possível conciliar o crescimento das ousadas tecnologias com um ambiente natural saudável, que prospere para as futuras gerações.

Há autores que apresentam alguns aspectos prioritários para a obtenção do Desenvolvimento Sustentável, que devem ser entendidos como metas a serem atingidas pela humanidade. Tais aspectos vão desde a satisfação das necessidades básicas da população como a educação, a alimentação, a saúde; perpassam pela solidariedade para com as gerações futuras; pela participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal); ainda pela preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc); a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do

preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios); até a efetivação dos programas educativos.

A partir de tais aspectos presume-se que a educação ambiental, desde cedo, ainda nas escolas, seria essencial para a formação de uma geração mais consciente nas questões ambientais e ecológicas, satisfazendo, assim, os princípios de um futuro saudável para a vida no planeta em que se vive.

O CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente - define a Educação Ambiental como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Seria uma falsa escolha a de optar entre utilizar ou preservar os recursos naturais. A utilização é tão essencial a todas as formas de vida do planeta quanto a preservação. Deve-se, pois, buscar um modelo de desenvolvimento que se encaixe com a preservação e conservação da fauna, da flora, do solo, dos rios, do ar, enfim, de todos os elementos da biosfera. Deve-se partir do princípio de que é impossível a vida sem o uso constante da natureza. O processo de transformação de matérias- primas em outros produtos parece inevitável e absolutamente necessário à vida, portanto, as tecnologias também devem progredir nesse sentido.

Então, como usar os elementos do meio ambiente sem destruí-lo? É claro que alguns recursos naturais são finitos e outros renováveis. Aqueles cujas reservas são limitadas, o petróleo por exemplo, deverão ser consumidos até a completa exaustão de suas reservas, caso sejam essenciais à vida na Terra. E o petróleo o é. Tudo, no entanto, deve ser feito para

evitar o desperdício dos recursos não renováveis, para conservá-los ao máximo, até que seus sucedâneos apareçam e possam substituí-los por completo.

A rigor, é uma caminhada na escuridão. A incerteza se faz presente. Não se sabe, por exemplo, em quanto tempo as reservas de petróleo estarão esgotadas. Ainda não se conhece uma forma de energia que o possa substituir, no seu amplo espectro de utilização, em condições economicamente favoráveis. A humanidade, nesse sentido, parece muito vulnerável. Mesmo considerando o atual nível de desenvolvimento tecnológico, ela depende inteiramente de uma fonte de energia cujo prazo de exaustão é desconhecido, ignorando-se ainda quando e onde o seu substituto estará disponível.

Além dos recursos naturais exauríveis, não renováveis, existem aqueles que podem ser usados e repostos, tornando ilimitada a possibilidade de sua utilização ao longo do tempo. Nesse caso estão a água, o ar, as espécies vegetais e os animais. Precisa-se das árvores que produzem, além de sombra e alimentos, celulose, móveis e habitação. Como conviver com as florestas, ao mesmo tempo utilizando-as e permitindo que sejam usadas no futuro? Se a utilização de hoje for predatória, é evidente que as gerações futuras vão sentir a sua falta. É razoável esperar que a exploração dos recursos naturais renováveis deva ser feita de tal modo que as próximas gerações também possam deles tirar o mesmo proveito que as gerações atuais ou passadas.

Desse princípio surge o conceito já visto de desenvolvimento sustentável, que é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Presume-se que ele contenha dois elementos essenciais:

I. O conceito de "necessidade", sobretudo as necessidades fundamentais dos seres humanos, que devem receber a máxima prioridade;

II. A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Qualquer processo de desenvolvimento só será válido se for baseado nesse princípio. A falta de sustentabilidade pode levar a sucessos imediatos, mas fatalmente comprometerá o futuro. Qualquer país que provoque a exaustão de seus recursos naturais em nome da riqueza a curto prazo, causará dano à sua população. Se o recurso for fundamental e não repostado, quer pela impossibilidade física, quer pela falta de meios financeiros, é possível que a pobreza se instale em regiões outrora prósperas de forma irremediável.

Em suma, o conceito de desenvolvimento sustentável reúne em si duas visões antagônicas: o crescimento econômico e a preservação ambiental. A questão surge e desafia a tecnologia e o bom senso das pessoas a saberem conduzir as duas coisas em linhas paralelas, ou seja, sem confronto entre elas, pois ambas necessitam de ajuda mútua para perdurarem atravessando gerações. Há necessidade de essas duas vertentes prosseguirem juntas para que todos os recursos sejam usados de forma racional, contribuindo assim, para o “progresso perfeito”.

A atividade turística é um importante setor da economia que vem crescendo de forma bastante visível e ganhando cada vez mais relevância no mercado. A sua história apresenta lamentáveis flagrantes de uso irracional da sua mais preciosa matéria-prima: o meio ambiente. É importante salientar que, conforme dito anteriormente, aqui se entende meio ambiente como a junção de recursos naturais e culturais. Dessa forma, o turismo como um componente indispensável no setor econômico, não poderia ficar de fora do processo de

sustentabilidade, visto que ele é um dos mais influentes aliados na colaboração com a preservação ambiental. Dias (2003, p.59) reafirma o que diz a Federação de Parques Nacionais e Naturais europeia definindo turismo sustentável como: “Todas as formas de desenvolvimento turístico, gestão e atividade que mantém a integridade ambiental, social e econômica e o bem estar dos recursos naturais, construídos e culturais para a perpetuidade” (FNNP, 1993).

A partir de então, percebe-se que o autor toca num ponto sensível, que é a equidade de benefícios para todos os elementos envolvidos no processo de sustentabilidade turística, isto é, os interesses de um, não podem constituir uma ameaça para outro. A atividade turística revela-se como um forte instrumento para garantir os cuidados com o meio ambiente, que engloba as ofertas atrativas das quais ele depende, daí a urgência de fazer com que estes dois elementos respeitem os limites um do outro e possam também usufruir o que ambos tem a oferecer de bom, de forma inteligente e racional.

Os recursos naturais são suficientes para satisfazer as necessidades humanas em longo prazo, desde que bem utilizados e gerenciados. Partindo dessa afirmação, Dias (2003 p.75) apresenta alguns atores responsáveis na busca da sustentabilidade turística. São eles:

-) O Setor público, que atua na elaboração de políticas públicas justas e beneficentes para todos os envolvidos;
-) O Setor privado, representado pelas empresas, que também podem ajudar financeiramente no processo;
-) A comunidade local, que pode agir na questão da sensibilização dos turistas;

) Os próprios turistas, que podem engajar-se na luta em prol da sustentabilidade turística do local onde estiverem visitando e;

) As ONGs especiais de proteção ao meio ambiente, que divulgam as ações destrutivas que vêm sendo praticadas para que se busque uma solução imediata e dessa forma se possa zelar pela perpetuidade do meio ambiente.

Se houver esforço conjunto, a sustentabilidade turística poderá ser alcançada em todas as destinações, sem grandes problemas.

Entretanto, não é bem isso que acontece na maioria das destinações turísticas, pois os empresários estão sempre visando o lucro em primeiro lugar, em detrimento das outras variáveis, como, por exemplo, a satisfação dos moradores locais, a preservação do meio ambiente e a equidade social.

Ainda de acordo com Dias (2003, p.60), e ressaltando o que diz a Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote, o turismo é um poderoso instrumento de desenvolvimento, e, uma boa gestão do mesmo, garante a sustentabilidade dos recursos dos quais depende.

Numa interação equilibrada homem - meio ambiente se apoia a idéia do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um conceito vital que deve ser considerado em toda política de expansão, principalmente naqueles países ou regiões onde ainda há muito a preservar, onde os descuidos do passado, o excesso de população, o modelo de industrialização, as atividades agropecuárias e o extrativismo não destruíram totalmente os ecossistemas locais.

Projetos de desenvolvimento que não levem em conta a sustentabilidade ambiental devem ser desconsiderados, pois na realidade não são projetos de desenvolvimento, visto que

não se comprometem com o futuro. Podem ser no máximo consideradas ações de curto prazo, que podem redundar em pobreza, dano ambiental e eliminação de espécies a médio ou a longo prazos.

Os maiores obstáculos à formulação e implementação de projetos de desenvolvimento sustentável são a ignorância acerca da importância do meio ambiente, a crença de que os recursos naturais são inesgotáveis, a ambição de resolver problemas estruturais em curto prazo, e, por fim, a pobreza, a tradicional falta de recursos financeiros para promover investimentos eficazes do ponto de vista ambiental.

A sustentabilidade é um aspecto imprescindível, em qualquer atividade que vise resultados positivos a curto, médio e principalmente a longo prazo. No turismo não é diferente, pois os recursos utilizados como atrativos precisam ser bem gerenciados e planejados, para que gerações futuras também possam usufruí-los com a mesma qualidade que eles detêm atualmente. O setor de turismo é hoje uma das maiores indústrias do mundo. No entanto, o desenvolvimento tradicional de um destino turístico leva ao esgotamento dos recursos naturais, descaracterização do patrimônio cultural e desestruturação da rede social. Quando o destino começa a perder seus encantos por conta do mau uso, é abandonado pelos turistas, que vão em busca de um novo paraíso para explorar.

Segundo Swarbrooke (2000, p.10), o turismo sustentável não está ligado apenas à proteção ambiental, mas também à viabilidade econômica a longo prazo, bem como à justiça social, visto que, quando uma destinação turística é bem planejada, desenvolvida e gerenciada ela continua sendo uma fonte econômica rentável por um longo tempo, adiando, assim, a sua saturação.

Uma das possibilidades de se alcançar o turismo sustentável está explícita no Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), a entidade intersetorial do turismo, que está apta a delimitar uma estratégia única e ampla para a certificação do turismo sustentável no Brasil e para o estabelecimento de padrões de qualidade sócio-ambiental adequados à realidade brasileira, por meio de um sistema de certificação independente, que tem como foco principal garantir a continuidade das ações que vêm se desenvolvendo desde outubro do ano 2000, para a implementação de uma estratégia de certificação do turismo.

O CBTS tem a legitimidade para propor, executar, avaliar e monitorar o processo de certificação do turismo no Brasil, com base nos desempenhos econômico, social e ambiental de produtos e serviços turísticos. Por ser desenvolvido com a participação e controle da sociedade, de setores ou de escalas produtivas, com a participação e divulgação ampla do processo e tecnicamente embasado nas recomendações da OMT, academia e nas experiências internacionais em sistemas de certificação, certamente poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor. Segundo a Certificação do Turismo Sustentável (2002, p.5), os princípios do Turismo Sustentável no Brasil devem ser baseados:

) No respeito à legislação vigente: o turismo deve respeitar a legislação vigente em todos os níveis no país, as convenções internacionais e os princípios e critérios do Turismo Sustentável;

) Nos direitos das populações locais: o turismo deve buscar mecanismos e ações que promovam a equidade socio-econômica, a defesa dos direitos humanos, de uso da terra e a qualidade ambiental;

) No valor do patrimônio e das culturas locais: o turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões receptoras e ser planejado, implementado gerenciado em harmonia às suas tradições e valores culturais;

) No desenvolvimento econômico e social dos destinos turísticos: o turismo deve contribuir para a geração de emprego e renda, fomentando e qualificando a capacidade local para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos;

) Na conservação do ambiente natural: o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos físicos e biológicos, considerando o contexto cultural e sócio-econômico existente;

) Na sustentabilidade da atividade: a viabilidade econômica do turismo deve considerar os custos sociais e ambientais e;

) No planejamento e gestão responsável: o turismo deve ser implementado com base num processo planejado que demonstre o compromisso permanente com os princípios do turismo sustentável.

Todos esses princípios muitas vezes servem até mesmo como estratégia de marketing, pois, as áreas ambientalmente protegidas são mais atrativas para os turistas que buscam um maior contato com a natureza.

A principal meta da certificação do turismo sustentável é a caracterização e identificação de componentes da atividade turística ou de seus produtos que sejam ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos. A certificação do turismo gera benefícios ambientais, econômicos e sociais. Ambientalmente, ela contribui para

a conservação da biodiversidade, auxilia na manutenção da qualidade ambiental dos atrativos turísticos e na proteção de espécies ameaçadas. Economicamente, viabiliza as áreas protegidas utilizadas pelo turismo, proporciona um diferencial de *marketing*, gerando vantagens competitivas para os empreendimentos e facilita o acesso a novos mercados, principalmente o internacional. Socialmente, legaliza a atividade do turismo, assegura boas condições de trabalho e promove o respeito às comunidades.

A comunidade de qualquer destinação precisa aliar o seu bem estar social aos lucros obtidos a partir da atividade turística desenvolvida na localidade. Diante de tal observação, pode-se perceber a importância da justiça social no tocante ao turismo sustentável, que propõe o direcionamento dos valores equivalentes a todos os personagens que compõem a sustentabilidade turística para que eles sejam igualmente recompensados e busquem a continuidade desse desafio.

Logo, o paradigma do Turismo Sustentável, leva em consideração a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo ao longo prazo. E o desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro, fazendo com que a diversidade biológica prospere enquanto as necessidades ecológicas e culturais dos turistas são satisfeitas.

O desenvolvimento turístico sustentável, além de prezar pela proteção ambiental, também deve fomentar um planejamento oriundo das atividades exercidas pela indústria turística, bem como uma conscientização por parte dos próprios turistas, pois, sozinhos, os órgãos do setor público não podem fazer muita coisa em prol do progresso do turismo

sustentável, porque as empresas privadas e os turistas é que estão envolvidos mais diretamente nessa causa.

Baseado em um planejamento e um bom gerenciamento, o turismo sustentável ainda pode causar prejuízos para alguns, afinal, é praticamente impossível beneficiar a todos de imediato, porque esse é um campo político e precisa de atenção redobrada para não prejudicar quem estiver inserido no lado mais fraco, que geralmente são as pessoas desprovidas de poder aquisitivo e intelectual, que são peças principais do mundo capitalista em que vivemos.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), fala a respeito do turismo sustentável:

“O turismo e o meio ambiente estão intimamente inter-relacionados. O ambiente construído e natural oferece muitos dos atrativos para os turistas, e o desenvolvimento turístico é capaz de causar tanto impactos positivos quanto negativos ao ambiente. A prática do turismo sustentável depende da proteção dos recursos naturais para o turismo. Os parceiros para o desenvolvimento do turismo sustentável são: o *trade* turístico – os proprietários e gerentes de empreendimentos comerciais de turismo, os apoiadores das causas ambientais – os defensores da conservação ambiental e a comunidade – residentes, grupos e líderes comunitários e as autoridades locais. (...)” (2003, p. 33)

O Turismo Sustentável está interligado ao Ecoturismo, bem como a todas as outras modalidades de atividades turísticas, pois ele deve ser implantado com o objetivo principal de manter a preservação dos atrativos turísticos, sejam eles naturais ou culturais. Entretanto, o ecoturismo é uma atividade que lida diretamente com os recursos naturais, que além de serem matérias-primas do turismo também são indispensáveis fontes de vida. Partindo dessa premissa, se abordará adiante acerca dessa modalidade que proporciona grandes experiências aos turistas e, se bem planejada, benefícios ao meio ambiente.

2.2 Considerações Sobre o Ecoturismo

A palavra “Ecoturismo” não está ligada necessariamente à expressão “Turismo Sustentável”. Não há dúvidas de que ambas têm a mesma essência, porém, uma é mais abrangente do que a outra. O Turismo Sustentável é uma vertente que precisa urgentemente ser aplicada a todas as formas de turismo, para que estas possam perpetuar; Já o Ecoturismo é um ramo da atividade turística que visa ser praticado na natureza, em contato com a mesma. A Organização Mundial de Turismo (OMT) define Ecoturismo:

“O ecoturismo é uma forma de turismo de natureza na qual dá-se a máxima consideração à conservação do meio ambiente, incluindo a diversidade biológica, os sistemas de vida selvagem e ecológicos, enfatizando-se a educação dos turistas quanto ao meio ambiente e ao modo de conservá-lo.” (2003, p. 67)

Partindo de tal afirmação, percebe-se que o ecoturismo é um segmento que se preocupa com a sustentabilidade. No entanto, não pode ser considerado como a única atividade turística que preza pela conservação do meio ambiente, afinal, tomando por base o leque de efeitos negativos que o turismo mundial vem causando nos últimos anos, denota-se a intensa necessidade de encontrar a sustentabilidade turística em todos os seus segmentos e não apenas no ecoturismo. Dessa forma, toda a segmentação do turismo poderá ter retorno satisfatório em longo prazo, pois esse é o maior enfoque do turismo sustentável.

Swarbrooke também fala sobre o ecoturismo, afirmando que:

“‘ecoturismo’ significa simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa. Contudo, muitas vezes se considera o ecoturismo como sendo mais do que isso. Seus defensores afirmam que ele se relaciona também a um desejo de ver os ecossistemas preservados e que a população local vive melhor por conta dos efeitos do turismo.” (2000, p. 55)

Partindo da visão de vários estudiosos do assunto, o ecoturismo pode ser entendido como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Pela riqueza de ecossistemas e de biodiversidade, o Brasil é um país privilegiado para a exploração dessa atividade. Segundo a Embratur, nos anos 90, foram identificados 96 pólos de ecoturismo, divididos nas 5 regiões brasileiras. No entanto, em âmbitos atuais, o ecoturismo não vem sendo devidamente trabalhado (de forma sustentável), pois, até mesmo o seu entendimento é segmentado, gerando pontos de vista diferentes entre cada uma das partes envolvidas nessa atividade: os turistas, por exemplo, vêem o ecoturismo como uma forma moderna de turismo, que lhes dá *status*, ou seja, é sinônimo de qualidade; Já a indústria turística o vê como a mais nova fonte rentável da atividade turística, geradora de altos lucros, o que esquentam a economia da área, pois ele ainda está crescendo visivelmente e; por último, as destinações, que o apreciam muito por causa da alta rentabilidade gerada e também porque ele se torna o diferencial em relação à concorrência com as outras destinações.

Portanto, o termo Ecoturismo é bastante ambíguo e amplo, e pode ser compreendido sob vários pontos de vista, o que o torna bastante relativo. Há autores que o comparam com Turismo Rural e com Agroturismo, que são outras duas vertentes bem semelhantes, pelo fato de serem trabalhadas em áreas rurais, naturais, não-urbanas e agrícolas. Porém, o conceito de ecoturismo que este trabalho toma por base não se confunde com os de Agroturismo ou de Turismo Rural, pois aqui se especifica a prática de um turismo diferente, de acordo com as definições já citadas acima, numa área não rural e não agrícola.

A atividade em questão gera impactos positivos e negativos, assim como todas as outras segmentações do turismo. Dentre os positivos, encontram-se os seguintes:

I- É uma fonte rentável, que pode ser voltada para a própria preservação do local;

II- Abrange turistas de perfil consciente a respeito das condições ambientais das destinações ecológicas, ou seja, engajadas na luta a favor da preservação ambiental;

III- É um tipo de turismo em pequena escala, e, portanto, melhor planejado e gerenciado;

IV- Por ser freqüentemente confundido com Turismo Sustentável, abre espaço para a conscientização do usufruto da sustentabilidade em todas as outras vertentes do turismo.

Cabe lembrar que, sem um bom planejamento e um gerenciamento eficaz, que tenha como premissa a monitoração contínua da atividade, todos esses benefícios supracitados, não prosperarão, visto que, na prática, os impactos negativos causados pelo Ecoturismo são melhor visíveis aos olhos de todos do que os positivos, até mesmo daqueles que preferem não enxergar a real situação para não pôr em risco seus lucros.

O Ecoturismo mal planejado pode causar vários danos ao local onde é praticado, entre eles, a poluição das águas; a deterioração das trilhas ecológicas; a poluição das áreas verdes pelos resíduos humanos; o desgaste e saturação do meio ambiente e; enfim, o esgotamento total do lugar, causado pela má utilização dos recursos naturais oferecidos, impedindo, assim, a continuidade da prática turística naquela localidade e forçando a busca de uma nova, que ainda esteja “intocada” e que a partir da atividade turística passa a correr os mesmos riscos oriundos da falta de planejamento.

Dias (2003) demonstra que a experiência do ecoturismo apresenta-se de maneira ascendente em nível mundial e, que em algumas áreas, já se transformou em turismo de

massa, como no Quênia, por exemplo. Há destinações que estão correndo o risco de sofrerem as conseqüências de um turismo mal projetado, tanto pelo crescimento desordenado do número de turistas nesses lugares, quanto pelo cuidado excessivo àqueles cheios de vontade, que pagam caro pelo luxo que recebem nessas viagens, mesmo estando no meio da mata.

De acordo com vários autores, existem alguns fundamentos para o Ecoturismo Sustentável, a saber:

-) Não deve degradar os recursos e deve ser desenvolvido de maneira completamente ambiental;
-) Deve possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;
-) Deve envolver a educação entre todas as partes – comunidades locais, governo, organizações não-governamentais (ONGs), indústria e turistas (antes, durante e depois da viagem);
-) Deve incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos;
-) Deve implicar a aceitação dos recursos tais como são e reconhecer os seus limites, o que pressupõe uma administração voltada para o abastecimento;
-) Deve promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, e isso pode incluir o governo, organizações não-governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações);
-) Deve promover responsabilidades e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos;

) Deve trazer benefícios a longo prazo – para os recursos naturais e culturais, para a comunidade e para as indústrias locais (esses benefícios podem ser de preservação científica, social, cultural ou econômica);

) Deve assegurar que nas operações de Ecoturismo a ética inerente a práticas ambientais responsáveis se aplique não apenas aos recursos externos (naturais e culturais) que atraem turistas, mas também a suas operações internas.

Diante do exposto, pode-se concluir que o ecoturismo nada mais é senão a atividade turística que pretende proporcionar a busca de lazer, relaxamento e recreação, fazendo com que os turistas interajam com a natureza e a cultura da comunidade local, visando a conservação dos recursos naturais por meio da redução dos impactos negativos e do respeito às comunidades locais.

Em termos gerais, os pontos positivos são maiores que os pontos negativos do ecoturismo, pois mesmo a atividade causando muitas vezes degradação ambiental, injustiças sociais e instabilidade econômica, também gera receita para as áreas protegidas, cria empregos para a população residente na área e promove a educação ambiental.

Após obter-se uma visão geral acerca do turismo sustentável e do ecoturismo serão feitas algumas considerações básicas a respeito da atividade turística na cidade de São Luís, abordando sobre sua fundação e seus principais atrativos, considerando estes elementos importantes para o entendimento da referida atividade no município.

3 O TURISMO EM SÃO LUÍS

Para melhor encadeamento deste trabalho faz-se necessário primeiramente realizar uma breve abordagem histórica acerca da cidade de São Luís bem como da evolução da atividade turística na mesma, até chegar aos dias atuais, considerando-se que, é importante conhecer um pouco desses aspectos, relacionados direta ou indiretamente com o objeto de estudo deste trabalho: o Sítio Piranhenga.

Fundada em 1612 e colonizada por portugueses, São Luís tem muito para mostrar aos turistas, por ser conhecida como “Atenas Brasileira”, Cidade dos Azulejos, Ilha do Amor e Patrimônio Cultural da Humanidade, como afirmaram alguns poetas. A cidade revela-se como um verdadeiro segredo a se desvendar. No início da sua ocupação, o local era habitado por aldeias de índios tupinambás, que sobreviviam da caça e pesca. Primeiro chegaram os franceses, em 1612, comandados por Daniel de La Touche. O nome da cidade é uma homenagem ao rei menino Luís XIII, e eles pretendiam fundar aqui a França Equinocial. Depois os holandeses, que também tentaram invadir São Luís, entrando na disputa por sua colonização, entretanto, em 1615, os portugueses acabaram com a confusão, tomando posse definitivamente da Ilha de São Luís.

Embora nascida francesa, São Luís guarda poucas evidências da presença de seus fundadores, à exceção de alguns nomes de ruas e monumentos - como o belo Palácio La Ravardière - e uma certa delicadeza na culinária. Mas os principais traços da cidade são mesmo herdados dos portugueses: o casario azulejado e os inúmeros sobrenomes de origem lusitana, entre outras influências também, que serão mostradas a seguir.

Os portugueses e franceses deixaram muito de suas origens para a cidade em questão, que hoje utiliza as preciosidades arquitetônicas como atrativos culturais e históricos para os turistas. Porém, os índios e africanos também contribuíram fortemente para a cultura da mesma; na culinária, no artesanato, na religiosidade, na música, dança e folclore, fazendo de São Luís, uma capital de fortes atrativos históricos e culturais para o turismo. Portanto, tal cidade tem como grandes riquezas, o seu conjunto arquitetônico e suas manifestações culturais e religiosas, além de outras peculiaridades.

Os casarões imponentes e os mirantes do centro histórico, construídos nos séculos XVIII e XIX, os sobradões coloniais de dois, três e quatro pavimentos (estes raramente encontrados em outro lugar) ainda preservam as fachadas de azulejos trazidos de Portugal e outros países europeus.

As ruas pavimentadas com pedra de cantaria, as calçadas em pedras de lios e a iluminação especial (nos bairros da Praia Grande e Desterro) completam o cenário de época. Em 1997, São Luís recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, um reconhecimento à preservação de seu magnífico e homogêneo conjunto arquitetônico colonial da América Latina dos séculos XVIII e XIX. São mais de 3.500 edificações de inigualável valor histórico e artístico, que retratam o modo de vida das antigas famílias abastadas da cidade.

Em relação às questões históricas acerca do turismo em São Luís podemos iniciar abordando sobre a MARATUR, que depois se transformou em Subgerência de Turismo. Ela foi responsável pelas primeiras ações em favor do desenvolvimento turístico em todo o Maranhão, porém, a capital recebia maior atenção e tinha todas as atenções voltadas para si. Em 1962 foi criado o primeiro órgão público estadual de turismo, o Departamento de Turismo

e Promoções do Estado do Maranhão, onde todas as suas ações foram concentradas em São Luís.

Já no ano de 1963 a prefeitura da cidade criou o Departamento Municipal de Turismo, órgão que atuou durante quase 10 anos, com a formação de guias de turismo e a organização de excursões. A partir da década de 70 ocorreram várias transformações no tocante à atividade turística de São Luís, que tentou ordená-la criando mais um órgão, no ano de 1992, a Fundação de Cultura, Desporto e Turismo, mas, as ações passaram a ser voltadas apenas para o lado cultural e essa situação só foi mudar quando, em 1997, foi criada a Fundação Municipal de Turismo – FUMTUR, atual Secretaria Municipal de Turismo.

A FUMTUR tinha vários objetivos, dentre eles a promoção da pesquisa, planejamento estratégico, levantamento e execução da política municipal de turismo, além de prezar também pela realização de parcerias. A partir de então foram propostos vários planos de ações, que foram desenvolvidos através dos seguintes programas: Programa de Sensibilização, de Informação, de Capacitação de Recursos Humanos, e de Marketing. Todos estes programas juntos visavam a melhoria do planejamento da atividade turística da cidade.

São Luís possui vários atrativos turísticos, porém eles são pouco ordenados e gerenciados, ou seja, uns são muito explorados e outros nem conhecidos. Por exemplo: O seu Centro Histórico é muito vendido para o turismo, enquanto as suas áreas de entorno são praticamente desconhecidas e inutilizadas, não sendo exploradas na sua potencialidade. Isso decorre do mau planejamento dos potenciais naturais, históricos e culturais do turismo da cidade de São Luís, gerando uma sobrecarga e possível saturação em determinados atrativos, enquanto outros, tão potentes quanto os primeiros, não são usufruídos.

Dentre os atrativos naturais, destacam-se:

) A Laguna da Jansen

Mais conhecida como “Lagoa” da Jansen. O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen está em torno da mais famosa lagoa de São Luís. Em seus 6 mil metros quadrados de área estão restaurantes, quadras poliesportivas, ciclovias, pistas para Cooper e muito espaço para quem gosta de ar puro e espaço livre. Foi inaugurado no final do ano de 2001 e logo transformou-se num grande centro de convivência, com uma forte presença de pessoas que visitam a cidade e moradores das proximidades. Um dos pontos concorridos é o Mirante da Lagoa, de onde se tem uma abrangente visão de toda a região.

) As praias:

Ponta d’Areia, que está localizada a 4 Km do centro de São Luís. Por ser próxima ao centro e ter um fácil acesso, recebe vários visitantes. Possui uma boa oferta de hotéis. São Marcos, que está a 7 Km do centro da cidade, é a preferida dos jovens e dos surfistas; à noite, também é bastante freqüentada devido a quantidade de bares existentes na orla. Nela estão situados a Casa de Veraneio do Governador e o Forte de São Marcos. Praia do Calhau, com uma distância de 10 Km do centro da cidade, é uma das praias mais procuradas para vários tipos de competições esportivas. Possui belas dunas recobertas de vegetação rasteira e também oferece opções de lazer à noite. Olho d’água, que está a 13 km do centro. É cercada por morros, dunas, falésias e é muito procurada por pescadores. Araçagy, uma das mais distantes do centro de São Luís, portanto, é procurada por visitantes que querem um pouco mais de privacidade e sossego. Praia da Guia, que é dotada de uma paisagem com dunas e vegetação rasteira.

) Sítios Ecológicos:

Cabe incluir nesta categoria o Sítio do Físico e o Sítio Piranhenga, objeto deste trabalho, que será estudado no próximo capítulo.

Os atrativos históricos e culturais que merecem destaque são:

) Centro Histórico em sua totalidade:

Englobando o seu rico acervo arquitetônico, que remonta à sua história do século XIX., entre ruas de pedra, praças, becos e escadarias, casarões azulejados, mirantes, portais, sacadas, igrejas, fontes, lojas, cinemas, museus, bares, restaurantes, hotéis e monumentos, com cerca de 3500 imóveis dos séculos XVIII e XIX distribuídos principalmente pelos bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho.

) Museus:

Cafua das Mercês – mais conhecido como o “Museu do Negro”; Museu de Arte Sacra; Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM); Museu de Artes Visuais – MAV; Casa do Maranhão – o museu do Bumba-meu-boi; Casa de Nhozinho; Casa da Festa; Palácio dos Leões – que funciona também como a sede do governo estadual; Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.

) Igrejas:

Igreja da Sé – Catedral Metropolitana; Igreja e Convento Nossa Senhora do Carmo; do Desterro; dos Remédios; de São Pantaleão; de São João; do Rosário; de Santana; de Santo Antônio e Capela das Laranjeiras.

) Sítios Históricos:

Há dois sítios históricos e ecológicos, que são o do Físico e o Piranhenga.

) Fontes e Monumentos:

Convento das Mercês – Fundação José Sarney; Fonte das Pedras; Fonte do Ribeirão; Palácio dos Leões; Palácio La Ravardière; Solar São Luís; Teatro Arthur Azevedo.

) Manifestações Populares:

Carnaval - é marcado por características muito próprias que se revelam nos batuques, nas brincadeiras e nos personagens que tomam conta das ruas nos dias de folia. Cruz-Diabo, Urso e Fofão são exemplos dessas figuras mascaradas, alegres e ao mesmo tempo assustadoras, que chamam a atenção do visitante e fazem a diversão das crianças. A dança e a animação ficam garantidas com os sons dos blocos tradicionais, blocos de índios, grupos de cultura afro, escolas de samba, bandinhas e charangas;

A Festa Junina - Trata-se da principal festa popular do Maranhão. Tem início dia 13 de junho, dia de Santo Antônio. Segue-se o dia de São João (24), São Pedro (29) e São Marçal (30 de junho). Nessa época a cidade fica repleta de arraiais, montados em cada bairro, onde grande parte da população é envolvida nas comemorações. É tempo do bumba-meu-boi, de quadrilhas, dança do coco, tambor-de-crioula, dança portuguesa e cacuriá;

Artesanato – tem uma força cultural bem expressiva em São Luís, pois revela a criatividade do povo maranhense, retratada na sua vivência diária. Na Casa das Tulhas e no Centro de Artesanato são comercializadas peças do típico artesanato maranhense: toalhas, redes e tapetes produzidos com fibras naturais, vários tipos de rendas e objetos de cerâmica. O Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão (CEPRAMA) tem como sede uma antiga fábrica inteiramente recuperada pelo poder público, onde funcionou a Companhia de Fiação e Tecelagem de Cânhamo. É atualmente o mais importante núcleo de distribuição de artesanato no estado do Maranhão;

Culinária - A cozinha regional também é um forte atrativo para o turismo. Um dos pratos mais apreciados é o peixe frito com cuxá. De origem africana, é preparado com vinagreira (tipo de vegetal com sabor levemente azedo), camarão seco e gergelim. É encontrado em vários restaurantes de cozinha regional da cidade.

São Luís conta com uma rede de equipamentos e serviços que ainda deixa a desejar. Dentre os equipamentos tem-se:

) Shoppings: há 6 mais conhecidos e visitados.

) Hotéis: divididos entre as categorias de hospedagem tem-se aproximadamente 15 bons hotéis, o que demonstra a precária situação do parque hoteleiro de São Luís.

) Bares e Restaurantes – existem poucos e ainda não são suficientes para atender com qualidade à demanda turística da cidade.

) Casas de Lazer e Entretenimento – poucas opções de lazer à noite, entre os lugares para diversão estão as boates, os cinemas, alguns clubes e teatros.

Em relação aos roteiros turísticos de São Luís, é viável destacar os mais comercializados, que são os oferecidos pelas agências de receptivo. Como dito anteriormente, elas elaboram roteiros que valorizam principalmente as praias, o Centro Histórico (com visita a vários monumentos, dentre igrejas e museus) e, raramente os sítios ecológicos e históricos, tal qual o Sítio Piranhenga. Segundo informações acerca da demanda turística do sítio, pode-se constatar que apenas a agência CVC elabora roteiros que incluem o sítio em questão. A maior demanda do sítio é formada por visitantes que “compram” o passeio à parte, sem intervenção de operadoras e agências de viagem.

4. CONHECENDO O SÍTIO PIRANHENGA

O Sítio Piranhenga é um local propício para o desenvolvimento de vários tipos de turismo, a saber: Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Histórico-Cultural, de Lazer, de Eventos, *Camping*, entre outras modalidades inseridas nas que já foram citadas. Porém, o sítio aproveita somente algumas delas, subtilizando o potencial que dispõe. Por não estar incluído nos pacotes turísticos das agências de receptivo de São Luís, o sítio só é conhecido e visitado através de propaganda boca-a-boca, sendo isolado das outras atrações turísticas da cidade, apesar de possuir fácil acesso e estar localizado a apenas 5 quilômetros do centro da cidade.

4.1 Histórico do Sítio

Etmologicamente, o nome do sítio vem do grego “*Pyros*”, que significa fogo, acrescido do vocábulo tupi guarani “*nhenga*”, que quer dizer pedra. Conta-se que trafegando pelo rio Bacanga, ao avistarem os fornos produzindo cal a partir da casca do sarnambi, as pessoas diziam que ali era “o local onde as pedras pegam fogo”, daí o nome Piranhenga, segundo explicações do Pe. João de Fátima, atual morador e administrador do local. Trata-se de um sítio histórico e ecológico e sua fundação data do século XVIII, por volta do ano de 1800.

O primeiro morador foi o Sr. José Clarindo de Sousa, tenente do exército, que faleceu em 1863. O sítio passou então aos cuidados do seu neto, Luís Eduardo Pires, o segundo morador, que instalou no sítio a fábrica de cal, produzido a partir da casca do

sarnambi (pescado no rio Bacanga). O produto era comercializado no Porto da Praia Grande, para Manaus e Belém, em troca de madeira. Segundo depoimentos de parentes da família Pires, as primeiras madeiras que chegaram ao sítio foram através do Sr. Luís.

Quando ele faleceu, em 1939, o local ficou abandonado. Só mais tarde é que foi comprado pela Sra. Virgínia, que se tornou a terceira moradora. Não se sabe por quais causas históricas o sítio foi vendido para tal senhora. Ela era arquiteta e artista plástica, então, resolveu reconstruir o local, dando nova sustentação ao que estava destruído. D. Virgínia utilizou bastante a arte mosaica, trazida da Espanha.

Quando D. Virgínia (terceira proprietária) vendeu o sítio para o CEPROMAR, ele teve a responsabilidade de se engajar na luta contra a prostituição de jovens e adolescentes das áreas adjacentes, tais como Coroadinho, Bom Jesus, Vila dos Nobres, pois naquela época estava havendo um interesse exorbitante em utilizar o espaço do sítio para a prática de tal atividade. Graças ao CEPROMAR e ao Pe. João de Fátima esse projeto não procedeu.

Nessa época, havia uma família rica de São Luís que estava interessada no sítio para fazer dali uma casa de prostituição. O local não era muito conhecido nem visitado, pois as pessoas achavam que, por ser uma propriedade particular, não se podia fazer visitas ao local. Foi então que, em 1991, o CEPROMAR-Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão- uma ONG francesa que estabeleceu-se no sítio comprou o local para administrá-lo. D. Virgínia faleceu no ano de 2003.

4.2 Aspectos Sócio-Econômicos

O Sítio Piranhenga sobrevive através das contribuições dos visitantes (geralmente em grupo), que alugam o espaço para eventos de vários tipos: casamentos, aniversários, batizados, visitas técnicas, passeios, confraternizações e retiros, podendo pernoitar no lugar. A taxa cobrada é usada na própria manutenção do sítio, para que outras pessoas também possam conhecê-lo e, através dele, saber um pouco mais da história viva de São Luís.

O sítio não conta com nenhum tipo de apoio de caráter governamental, apesar da tentativa de firmar parceria com os mesmos através de projetos. Segundo a Sra. Fátima, atual auxiliar administrativa do CEPROMAR, o sítio depende exclusivamente da entidade, que lhe oferece apoio total e integral, e da colaboração dos visitantes, que é feita de acordo com o número de pessoas, podendo ser negociado o preço cobrado para os grupos.

4.3 O Cepromar

Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão (CEPROMAR). É uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que tem como objetivo inserir jovens carentes no mercado de trabalho. Ele existe há trinta e cinco anos e foi fundado pelo padre francês João de Fátima Maranhão Brasil e possui sete funcionários: três vigias, um motorista, uma secretária, um gerente administrativo e um para serviços gerais, sendo que, ao alugar o espaço para eventos, são contratados funcionários exclusivos para fazer a limpeza do sítio, além do auxílio de alguns voluntários também. O CEPROMAR tem três diretores executivos e usufrui um estatuto próprio; já o Sítio Piranhenga emprega seus serviços através de contratações.

Quando o padre João de Fátima chegou aqui, se batizou com este nome por causa da dificuldade que as pessoas de São Luís tinham em pronunciar seu nome em francês. Foi

exercer o sacerdócio como pároco do Bairro de Fátima, e lá constatou que havia uma carência muito grande de condições dignas de vida, ou seja, a pobreza lhe saltava aos olhos quando via a humildade do povo e um grande número de jovens desocupados nas ruas.

A partir de tais observações decidiu aprofundar as atividades do CEPROMAR, utilizando as verbas que vinham da matriz, na França, para oferecer cursos de vários tipos à comunidade carente. Como exemplos desses cursos podemos citar: mecânica, lanternagem, pintura no gesso e cimento, culinária, turismo ecológico, jardinagem e paisagismo, dentre outros. O CEPROMAR mantém parcerias com algumas empresas e órgãos, tais quais: Alumar, Sebrae, Senac e Cefet/Ma. A partir dessas parcerias é que são organizados e ministrados os cursos, por pessoas pertencentes ao quadro de funcionários dessas empresas, e a duração varia bastante, de acordo com a natureza do curso e da instituição atrelada ao CEPROMAR. Todos são gratuitos.

Hoje o sítio faz parte da Rede Amiga da Criança, um projeto onde há vinte e cinco instituições que participam ativamente e que também apoiam o CEPROMAR com outros cursos, em outros espaços físicos (fora do sítio) e, ainda, com cursos profissionalizantes, todos para beneficiar os jovens carentes das comunidades pobres de São Luís.

Através da parceria com a Alumar foi construída a sede do Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão, nas dependências do Sítio Piranhenga. É composta pela área administrativa e pelos galpões, onde são realizados os cursos.

5 CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO E SEU POTENCIAL TURÍSTICO

5.1 Infra-Estrutura de Acesso

O sítio está situado na margem direita do Rio Bacanga, entre os conjuntos Parque Pindorama, Parque dos Nobres e o Sítio do Físico, a 5km do centro de São Luís. O acesso rodoviário ao local é feito partindo-se do Centro da cidade, pelo Anel Viário. Logo após, contorna-se o Bairro da Madre Deus e segue-se pela Av. dos Africanos, próximo ao Parque Amazonas. Entra-se à direita na Av. Joaquim Mochel, e já se está no Parque Pindorama, onde será encontrada uma estrada de terra batida que leva ao portão do sítio.

Primeiramente tem-se o CEPROMAR, mais adiante tem-se a sede do Sítio Piranhenga. A estrada faz uma bifurcação, oferecendo aos visitantes duas opções: conhecer a parte alta ou a parte baixa do sítio. Apesar de ser pouco utilizada, é possível ter acesso ao sítio também por via aquática, pelo Rio Bacanga, utilizando barcos como transporte.

As suas coordenadas geográficas são as seguintes:

Situado à margem direita do “Rio Branco”, em São Luís do Maranhão, o Sítio Piranhenga é uma área de terras próprias, descrito e caracterizado dessa forma: Do marco zero (0), segue-se o alinhamento com rumo magnético 81°00’ SE, limitando-se com torres do Sítio Achuí, até os 814m, onde cravou-se o marco um (1), seguiu-se o rumo 85°15’ SE, limitando-se com torres do Sítio Achuí, até os 80m, onde, agora, cravou-se o marco dois (2), seguiu-se o alinhamento 23°15’ SE, limitando-se com o Parque Pindorama até os 424m, onde cravou-se aqui o marco três (3), seguiu-se o rumo 40°30’ SW, limitando-se com o Bairro Flor do Cintra, até os 150m, onde cravou-se o marco quatro (4), seguiu-se então o rumo 48°00’ SW, limitando-se, ainda, com o Bairro Flor do Cintra até os 40m, onde agora cravou-se o marco cinco (5), seguiu-se o rumo 59°00’, ainda limitando-se com o mesmo bairro até os 100m,

onde cravou-se o marco seis (6). Seguiu-se o rumo 87°30' SW, limitando-se com o Bairro Flor do Cintra novamente, até os 40m, onde cravou-se o marco sete (7), seguiu-se então o rumo 78°90' SW, limitando-se ainda com o mesmo bairro até os 345m, onde cravou-se o marco oito (8), seguiu-se o rumo 19°00"NW, fazendo limite com o Rio Bacanga até os 815m, onde, enfim, encontrou-se o marco zero (0), fechando o polígono. A sua extensão total é de 42 hectares (41,7957ha) com um perímetro de 2808,00m².

5.2 Atrativos Culturais, Históricos e Naturais

O Sítio Piranhenga está inserido na categoria de sítio histórico e ecológico e possui vários atrativos históricos bem conservados, que estão incluídos no seu espaço físico. A sua própria estrutura é de origem antiga, da época da sua fundação, que faz os visitantes viajarem no tempo ao apreciar, de perto, a muralha (que é um possível Forte de São Luís, ainda sendo estudado pelos historiadores para ser validado como tal; estima-se que este possa ser um dos maiores Fortes do Brasil) do século XVII, construída pelos franceses na “Invasão dos Holandeses”. Os demais monumentos históricos serão citados a partir de agora com a caracterização geral do sítio.

Quando se chega ao sítio, após a entrada pelo portão, tem-se à esquerda as construções do CEPROMAR, que são de estilo moderno. À direita, tem-se uma estrada sinuosa, que é um Parque de Mangueiras, cujo prosseguimento resultará numa bifurcação que dará a opção de seguir até a parte alta do sítio ou a baixa. Na parte baixa encontra-se um poço antigo, com proteção de ferro fundido, que abastecia o sítio antigamente e que, ainda hoje, após um processo de tratamento da água e a instalação de bombas, é utilizado para

abastecimento. Além desse poço, existem também dois fornos de cal, utilizados no século passado no processo de produção da fábrica; As ruínas de uma senzala, feita de pedras, sem janelas, apenas “suspiros”, com uma porta central, onde possivelmente residiam os escravos que trabalhavam na fábrica de cal. Ao final dessa estrada, tem-se uma escadaria que promove o acesso à parte alta do sítio.

Na parte alta do sítio, após subir os noventa e oito degraus (feitos de tijolos artesanais), de uma escada em forma de “S”, com cinco patamares e muro de arrimo ornado por pinhas de louça, tem-se um pátio de chão revestido por pedras de seixo que firmam variadas figuras geométricas. Há também um jardim bem cuidado. No centro do terraço há uma espécie de vitória-régia (em processo de desabrochamento) em tamanho gigante, feito de louça e em cores fortes. Nessa parte, encontra-se a bela Casa Grande, uma construção secular, em estilo colonial português, com alpendre sustentado por várias colunas e pequena escadaria de pedras de seixo. Sua fachada principal apresenta alterações no revestimento, onde os azulejos artesanais estão inseridos nos azulejos coloniais. As portas são revestidas de vidro e possuem motivos florais em madeira (alto relevo). Já as janelas mantêm sua originalidade, cujas bandeiras ainda apresentam vitrais coloridos. Aparentemente, a parte superior da casa já passou por alterações modernas, tornando-a mais ampla.

Tão imponente quanto a Casa Grande é a Capela de São Benedito Preto, que fica ao seu lado direito. Sua fachada chama muita atenção pela riqueza de seus azulejos em alto relevo. O seu interior era todo revestido em ouro e possui azulejos portugueses e franceses originais, além de materiais num estilo quase cantaria: rústico, tosco, sem qualquer ornamento luxuoso, ou seja, é bem simples e marcante, por ser antiga e conservada. Ambas as

construções foram idealizadas pelo tenente José Clarindo de Sousa, que tem seu túmulo na capela citada.

Do lado esquerdo da capela há um belo exemplar da arte barroca: duas colunas retorcidas, em cor branca, ornadas com querubins, barreiras e símbolos pagãos, que sustentam um enorme sino, cuja procedência e data são desconhecidos. Há também um quiosque, que está um pouco descuidado e abandonado.

Entre os atrativos naturais observados está primeiramente, uma considerável área verde que o sítio possui, cerca de trinta e sete hectares, com áreas ecológicas prováveis para a prática do ecoturismo e/ou simples passeios. Possui ainda quatro trilhas ecológicas. A principal delas é a Trilha do Bacurizal, que leva a um braço do Rio Bacanga, e que proporciona, além do contato direto com a natureza, uma vista privilegiada de toda a área verde do Parque do Bacanga. Além disso, há os manguesais e um pomar, com árvores frutíferas típicas do Maranhão, tais quais: bacuri, pitomba, macaúba, sapoti, caju, jaca, goiaba, abacate, manga e mamão. Possui também um mini-zoológico onde se encontram admiráveis animais exóticos como araras azuis, macacos-pregos, gatos maracajá, tucanos, garças guarás, pavões, quatis etc. Além desse contato com a natureza, que proporciona paz e tranquilidade, o local ainda oferece uma vista panorâmica da Baía de São Marcos, do Centro Histórico de São Luís, do Sítio do Tamancão e do Sítio do Físico, que também são importantes atrativos históricos do Maranhão.

5.3 Infra-Estrutura Básica e Turística

A infra-estrutura básica do Sítio Piranhenga está moldada da seguinte forma:

Água – o abastecimento da água é feito através de um dos poços antigos, que contém uma bomba para a retirada da mesma. A água já chega devidamente tratada. Há também um tratamento para os esgotos e resíduos.

Luz – a energia elétrica que o sítio recebe, provém da CEMAR (Companhia Energética do Maranhão)

Limpeza do local – é tratada de forma bastante rígida. A limpeza no local é constante, visto que o sítio está recebendo visitantes freqüentemente.

Telefone – na sede do sítio não existe linha telefônica instalada. A linha utilizada no local encontra-se na sede do CEPROMAR.

Socialização – a relação da comunidade local com o sítio é bastante amigável e recíproca, afinal, o sítio presta serviços à mesma, através dos cursos ministrados pelo CEPROMAR aos jovens das redondezas, possibilitando-lhes novas oportunidades e oferecendo-lhes perspectivas de vida.

Em relação à infra-estrutura turística, pode-se fazer as seguintes considerações:

-) Hospedagem (acomodação) – é feita na Casa Grande, ocupando apenas o espaço físico, pois não há leitos. As pessoas levam suas próprias redes ou colchonetes.
-) Guias – não há guias profissionais no sítio. A Sr.^a Fátima, auxiliar administrativa do CEPROMAR, é quem acompanha os grupos interessados em conhecer o local.
-) Roteiros – são proporcionados de segunda-feira à sábado, pela Sr.^a Fátima. Ao chegarem, os visitantes assistem à uma palestra explicativa sobre o sítio; logo

após, são acompanhadas num passeio, que passa inicialmente pelas áreas históricas (casarão e senzalas) e em seguida pelas trilhas ecológicas, que dura cerca de duas horas.

-) Serviços de alimentação – há uma cozinha disponível aos visitantes que pernoitam no sítio, além de churrasqueiras. No entanto, não há serviços de garçons, cozinheiros e camareiras. Cada grupo fica responsável pela sua serventia.
-) Sinalização – A sinalização do sítio é considerada satisfatória. Dentro do sítio existem placas que indicam o nome de cada área, principalmente nas trilhas, onde é mais provável que alguém se perca.
-) Estacionamento – há uma entrada especial para carros e um amplo espaço destinado ao estacionamento dos mesmos. Logo, o estacionamento do sítio atende plenamente a demanda atual.

Não há serviços de lazer nas áreas de *camping* do sítio. Este fica a cargo do próprio grupo de visitantes. O sítio também não dispõe de serviços relacionados à alimentos e bebidas, mesmo possuindo um restaurante; este encontra-se desativado. A atual demanda turística do local é composta basicamente de grupos religiosos, que são jovens em sua maioria, objetivando fazer acampamentos; empresários, que buscam realizar confraternizações entre os funcionários; universitários acompanhados de professores, fazendo aulas técnicas; alunos de escolas públicas e privadas, de nível fundamental e médio, em aulas extra-classe; pessoas interessadas em utilizar o espaço físico do sítio para realizar eventos, como batizados, casamentos e aniversários; grupos de turistas nacionais e internacionais.

Dessa forma, observa-se que o local é bastante requisitado e visitado, porém, em linhas gerais, a população ludovicense desconhece tal informação. É possível que esse fato ocorra devido à falta de divulgação do sítio dentro da sua própria cidade, ou seja, a única política de *marketing* utilizada para apresentar o local é a chamada “propaganda boca-a-boca”, executada pelas pessoas que já visitaram o sítio e indicam o passeio aos seus amigos. Não há colaboração do poder público, e em consequência disso a divulgação do local fica prejudicada e os projetos já existentes são impossibilitados de serem postos em prática.

6. UMA NOVA PROPOSTA TURÍSTICA PARA O SÍTIO

Após o levantamento e apresentação do potencial turístico do Sítio Piranhenga, percebe-se a necessidade de organizar uma nova forma de usufruto do local, baseada na proteção do seu patrimônio cultural e natural; pois o sítio é “consumido” como produto turístico de forma aleatória, sem uma coordenação profissional adequada, que proporcione ações voltadas para a harmonia entre progresso e meio ambiente saudável.

A inserção do sítio no roteiro turístico de São Luís, poderá promover uma maior divulgação da localidade, baseada numa política de *marketing* séria e comprometida com a sustentabilidade ambiental do sítio. Para tanto, será necessária a execução de algumas ações que proporcionarão uma melhor utilização do local, de forma que se preze pela prosperidade dos recursos naturais e culturais que o sítio oferece. A seguir, apresentam-se algumas ações que devem ser levadas em consideração para a formulação de um projeto comprometido com a preservação e conservação do sítio e que objetive também a estruturação do local para o usufruto turístico:

a) Ativação do restaurante do local:

No sítio há um restaurante desativado, que precisa ser reestruturado com novos equipamentos, como mesas, cadeiras, e uma cozinha apropriada para servir os alimentos e bebidas aos clientes. A partir de então, os visitantes teriam mais uma opção de serviços turísticos implantados no sítio, o que colaboraria com um *marketing* positivo do local. Além disso, o restaurante poderia ser utilizado ainda como um espaço que serviria a população local de São Luís no seu cotidiano.

b) Distribuição de lixeiras em pontos estratégicos:

A limpeza e o cuidado com o sítio devem ser as ações primordiais, portanto, as lixeiras seriam de grande necessidade, para que as pessoas tivessem sempre por perto um local para depositar resíduos e jamais os lançassem no chão ou no rio, poluindo o local. A educação ambiental deveria começar dos atos mais simples, tais como usar as lixeiras

c) Construção de um mirante ou farol:

Na parte alta do sítio há uma localidade ideal para a construção de um mirante, que proporcionaria uma visão panorâmica do Rio Bacanga e abrangeria toda a área do local. Certamente, a construção desse mirante ou farol seria um excelente atrativo para os visitantes que chegariam ao sítio recomendados por outros que já o tiverem visitado, além de um ponto estratégico para apreciar e fotografar a paisagem.

d) Ativação do porto hidroviário:

Há um porto às margens do Rio Bacanga, próximo às trilhas, que era utilizado antigamente, mas que hoje encontra-se desativado. A reabertura do mesmo poderia melhorar o acesso ao sítio, podendo agora ser feito através do rio também. Além disso, poderia ser utilizado turisticamente para passeios de barco pelo do rio Bacanga.

e) Criação de uma loja de *souveniers* :

O Sítio Piranhenga é dotado de um enorme espaço físico, composto por áreas naturais e construções antigas e modernas. Há espaços viáveis para serem utilizados como forma de obter retorno financeiro para o próprio sítio. Para isso, a criação de uma loja de *souveniers*, que são produtos que poderiam ser levados como lembrança ou recordação, seria de grande valia. Os produtos vendidos na loja seriam fabricados pelos alunos que participam dos cursos oferecidos pelo CEPROMAR. Tal relação geraria renda para os jovens carentes que necessitam da ajuda de tal entidade e, concomitantemente, produziria receita para o sítio investir mais na preservação das suas áreas naturais e na qualificação dos serviços oferecidos aos visitantes.

f) Contratação de mão-de-obra qualificada, da própria comunidade local, para exercer atividades voltadas para os serviços turísticos do sítio:

Mais uma vez, seria imprescindível a utilização da mão-de-obra dos alunos do CEPROMAR, pois esta seria uma das formas de se obter uma troca de benefícios entre esses alunos e o sítio, que se responsabilizaria pelo contrato e qualificação dos mesmos para trabalharem no local, no tocante aos serviços prestados aos visitantes.

g) Estruturação do quiosque que poderia ser utilizado durante as apresentações e explicações sobre o local aos visitantes, antes das visitas ao sítio.

Atualmente, estas são realizadas ao ar livre, na área do pomar, impossibilitando o uso de equipamentos audiovisuais por exemplo. A proposta que segue é, portanto, a estruturação do mesmo com bancos, quadros explicativos, cartazes e recursos audiovisuais, transformando-o num local confortável e arejado. Também poderiam ser entregues durante as

apresentações folhetos informativos sobre o sítio e realizadas abordagens básicas sobre educação ambiental.

h) Implantação de passeios de charrete e de cavalo:

As charretes serão puxadas por animais do próprio local, pois o sítio já possui animais, que poderão ser utilizados na implantação de mais uma opção de lazer e entretenimento, tal qual os passeios de charrete. O sítio já dispõe de charretes. No entanto, estas encontram-se sem uso e necessitando de alguns reparos. O passeio de charrete pelo sítio induziria a um contexto mais rústico e ao mesmo tempo agradável.

i) Implantação de passeios de barco e pedalinho no Rio Bacanga:

Com a reabertura do porto, os barcos deveriam ser usados também para passeios na orla do rio. Tal modalidade seria bastante apreciada pelas pessoas que buscassem contato direto com o meio ambiente.

j) Promoção de atividades recreativas e esportivas nos campos:

Não basta apenas construir os equipamentos, tem-se que formular os serviços que seriam oferecidos, bem como as atividades desenvolvidas a partir dos mesmos. Tal informação leva a perceber que a implantação de atividades esportivas e recreativas nos campos do sítio seria de grande utilidade no tocante ao bem estar dos visitantes, pois eles teriam a oportunidade de se divertir num local dotado de áreas naturais que também proporcionam descanso e calma. As atividades exerceriam-se em grupo e seriam coordenadas por profissionais da área, que organizariam competições e atividades lúdicas, aproveitando todo o espaço físico do local.

k) Promoção de atividades culturais no espaço físico das senzalas e dos fornos de cal:

Assim como as atividades esportivas, as culturais também são muito importantes para o aproveitamento total da área que o sítio pode oferecer aos visitantes. Estas poderiam ser realizadas dentro das senzalas e dos fornos de cal e seriam do tipo lúdicas também, fazendo alusão ao contexto histórico que o sítio está inserido. Tais atividades seriam importantes para os visitantes, especialmente para os alunos de escolas que chegam ao local para aulas extra classe. Poderiam ser apresentadas peças teatrais e/ou danças que remetessem ao contexto cultural.

l) Informatização da sede do CEPROMAR, bem como estruturação de suas outras dependências:

Seria necessário que se proporcionassem condições satisfatórias de trabalho aos administradores do sítio, que compõem o CEPROMAR, para que as ações sejam melhor elaboradas, organizadas e realizadas, visando a satisfação dos visitantes. Para tanto, há a necessidade que o setor administrativo esteja devidamente equipado e estruturado para manter as atividades de visitação do sítio em pleno funcionamento. A instalação de computadores ajudaria na organização das tarefas desenvolvidas no dia-a-dia pela administração do sítio. As outras dependências do CEPROMAR, que são as salas próprias para a realização dos cursos, também deveriam merecer um tratamento especial, sendo reestruturadas com carteiras novas, quadros e materiais adequados às aulas dos cursos. Os galpões utilizados hoje, ainda deixam muito a desejar na questão do conforto e bem estar dos alunos, que estariam sendo qualificados nesses locais para servirem ao próprio sítio.

m) Cobrança de uma taxa fixa, por categoria, para ter acesso ao sítio:

Seria importante que se fixasse um preço a ser adotado para os grupos que chegassem ao sítio, pois partindo desse controle ter-se-ia como resultado uma receita que retornaria em forma de benefícios para o próprio local.

Faz-se necessário salientar que algumas das ações sugeridas acima já estão em vista pela administração do sítio, pois eles já contam com projetos para realização das mesmas, porém, faltam recursos financeiros e apoio de outrem. Isso evidencia que a atual administração do Sítio Piranhenga, que é feita pelo CEPROMAR, já segue um caminho sustentável e busca, apenas, quem a conduza de forma adequada e de maneira profissional.

Dessa forma, ainda poderiam ser instalados alguns programas de melhoria das condições básicas para transformar o sítio em um ponto turístico bem estruturado. Seria interessante que, antes dos equipamentos e serviços turísticos sugeridos, fossem realizados programas de reforma em toda a infra-estrutura básica e de acesso do local, para que então pudessem ser postas em prática as demais sugestões de usufruto turístico.

7. CONCLUSÃO

A elaboração deste trabalho objetivou, em âmbitos gerais, promover um maior interesse nas questões relevantes ao meio ambiente, pois, esta ainda é uma das principais ferramentas desta indústria que cresce tão rapidamente: o turismo. É preciso ter cuidados especiais em utilizar os recursos sem degradá-los, para então se promover um desenvolvimento sustentável, voltado para o equilíbrio entre a tecnologia, a preservação e a conservação ambiental.

Além desse importante esclarecimento acerca do meio ambiente, este trabalho procurou, principalmente, apresentar o Sítio Piranhenga, como um local histórico e ecológico, fonte rica de cultura e natureza, ainda tão desconhecido pelos próprios moradores da cidade em que ele está inserido. Visando promover uma nova forma de utilização turística do mesmo, que prime pelo aproveitamento máximo do local e especialmente zele pela sua preservação,

para que os futuros visitantes também possam apreciar o sítio com a mesma qualidade de hoje.

Após a realização da nova proposta turística para o sítio em questão, poder-se-ia ter como benefícios a obtenção de um novo ponto turístico, bem estruturado e pronto para ser utilizado, além de um incremento na movimentação da economia da cidade, na geração de empregos para a população local, nos cuidados redobrados com as áreas naturais do sítio; e uma sociabilização entre turistas e comunidade local, o que proporcionaria uma troca de vivências culturais.

Vale ressaltar, ainda, que a sustentabilidade no setor turístico é algo urgente, visto que não se pode mais pensar em turismo que não seja de forma sustentável, para que as gerações futuras também possam saber o que é um local ecológico, um meio ambiente bem cuidado e culturas que interagem entre si.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Patrícia Cortês. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002. – (Coleção ABC do Turismo)
- TULIK, Olga. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003. – (Coleção ABC do Turismo)
- Organização Mundial de Turismo – **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética, vol. 5. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2000.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARGULIS, Sérgio, ed. **Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos**. 2ª ed. – Brasília: IPEA, 1996.
- MACHADO, Irineu Cândido, ed. **SIBRAC: Sistema Brasileiro de Consultas**. São Paulo: PRONAC, 1999.
- PINHEIRO, Luís Antônio. **PIRATUR**: Turismo e Lazer no Sítio Piranhenga. Monografia de Especialização em Sustentabilidade. São Luís: UFMA, 1998.

Jornal Cazumbá, Ano II, n. 12 – set/out; pg 7, 2004.

Revista “**Caminhos do Maranhão**”, Ano V; n. 27, pg. 4 e 5.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald, ed. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 1995.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impactos ambientais**, vol. 1. São Paulo: Aleph, 2000.

RUSCHMANN, Doris v. d. M. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável – A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

RIBEIRO, André Luís Reis. **Levantamento do potencial ecoturístico da propriedade Santa Bárbara no Município de Riachão – MA**. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2003.

OMT – Organização Mundial de Turismo. **Declaração de Ecoturismo de Quebec**. Trad.: WWF – Brasil. Quebec / Canadá, 2002.

LOBATO, Mônica Cristina Ferreira. **Princesa da Baixada: oferta e potencialidades turísticas do município de Pinheiro**. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2003.

PLANTA de situação, **Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão**. Escala 1:13.500, Nov. 1993.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. São Paulo: Papirus, 2002.

CERTIFICAÇÃO do Turismo Sustentável. **Expedições Ecoturismo**, ano 3, nº 12, p. 5, 2002.

ANEXOS